



EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA-SPS Nº 02/2017 **ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, criado pela Lei 12.378/10, torna pública a abertura de Seleção Pública Simplificada - SPS para contratação profissionais de habilitados - Pessoa Física - PF ou Pessoa Jurídica - PJ - para atuar na modalidade de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, nos municípios que tiveram situação de emergência declarada por meio dos Decretos Estaduais nº 53452/2017 e 53453/2017 homologado pela Defesa Civil Nacional¹, contratação esta baseada no artigo 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

As atividades a serem desenvolvidas por profissionais habilitados no âmbito deste Edital devem estar de acordo com os princípios da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008 e com o previsto no anexo I, deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo de Seleção Pública Simplificada - SPS será constituído, por análise curricular de Pessoa Física (PF) ou do Responsável Técnico indicado pela Pessoa Jurídica (PJ), em caráter meramente classificatório e por análise da proposta para intervenção no âmbito da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, conforme Formulário de Inscrição, anexo II.

1.2. É vedada a participação de Conselheiros titulares, suplentes e funcionários do CAU/AL, e de seus cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau.

1.3. A contratação será em caráter temporário e precário, estando o candidato ciente da atuação nas categorias de Tipo de projeto/serviço, conforme Resolução nº 21, art. 3º do CAU/BR:

- Levantamento arquitetônico
- Projeto arquitetônico
- Projeto arquitetônico de reforma
- Projeto de adequação de acessibilidade
- Projeto de estruturas mistas
- Projeto de instalações hidrossanitárias prediais
- Projeto de instalações prediais de águas pluviais
- Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão
- Memorial descritivo
- levantamento cadastral
- Projeto de regularização fundiária
- Gerenciamento de obra ou serviço técnico
- Diagnóstico socioeconômico e ambiental

1.3.1. O prazo do contrato será de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias;

A unidade de medida referencial será em metros quadrados (m²), com base na Tabela de Honorários de Serviços de Arquitetura e urbanismo do Brasil, conforme estabelece o art. 28 da Lei Federal 12.378/2010 e as Resoluções nº 64 e 76 do CAU/BR.

¹ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/governo-decreta-situacao-de-emergencia-em-mais-municipios-de-alagoas.ghtml>



2. DA COMISSÃO JULGADORA DA SELEÇÃO PÚBLICA

2.1. O Processo de Seleção Pública Simplificada - SPS será executado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, através da Comissão julgadora conforme Deliberação Plenária N° 01-60/2017.

3. DA DEFINIÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO/BENEFICIÁRIOS

3.1. Para participação na Seleção Pública Simplificada - SPS ora publicada devem ser atendidos os seguintes requisitos:

3.1.1 Elaboração de projetos de reforma e/ou ampliação para unidades habitacionais de interesse social já construídas;

3.1.2 Obrigatoriamente, devem ser selecionadas famílias que tiveram a residência atingida pelas chuvas nos municípios atingidos e citados pelo Decreto Estadual nº 49.498/2017 e que estejam, preferencialmente, em zonas residenciais declaradas como de interesse social.

3.1.3 Não será permitido desenvolver as atividades objeto deste Edital em áreas de risco, em encostas e áreas alagadiças.

3.1.4 Para definição das famílias devem ser consultados os órgãos Oficiais da área de Defesa Civil e/ou outros órgãos correlatos dos municípios citados pelos Decretos Estaduais nº 53452/2017 e 53453/2017.

3.1.5 Devem ser atendidas famílias com renda mensal de até 03 (três) salários mínimos.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 As inscrições para esta Seleção Pública Simplificada - SPS serão realizadas nas dependências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, a partir de 25 de setembro de 2017 até 16 de outubro de 2017, das 13h:00 às 18h:00, localizado na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº 2789, Mangabeiras, Maceió/AL, CEP: 57031-530, situado no Ed. Norcon Empresarial, loja 08.

4.2 No ato da inscrição a Pessoa Física (PF) ou Jurídica (PJ) deverá apresentar o Currículo próprio ou do Responsável Técnico indicado pela Pessoa Jurídica (PJ), detalhado, cópia de documento pessoal com foto e o formulário de inscrição, conforme Anexo II (Plano de Trabalho). O candidato receberá o comprovante de inscrição.

4.2.1 Para efeito de comprovação curricular, deverá o candidato apresentar no ato de inscrição cópias autenticadas em cartório ou acompanhadas do original para validação.

5. DAS ETAPAS DA SELEÇÃO

5.1. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

5.1.1. A classificação dos candidatos (PF) ou da Pessoa Jurídica (PJ) inscritas será realizada da avaliação dos currículos apresentados e das informações contidas no formulário de inscrição, Anexo II (Plano de Trabalho), cujo resultado será divulgado no dia 23 de outubro de 2017, por meio de publicação afixada nas dependências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL



- 5.1.2.** A análise curricular dar-se-á levando em consideração as informações e pontuações descritas conforme item 5.1.5. deste Edital.
- 5.1.2.1.** Para comprovação dos títulos, a Pessoa Física (PF) ou o Responsável Técnico indicado pela Pessoa Jurídica (PJ) deverá apresentar, no ato da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório ou acompanhadas da original para verificação. Ao contrário, as informações prestadas e não comprovadas de forma devida, não serão computadas para fins de pontuação.
- 5.1.2.2.** Não serão considerados, na pontuação, protocolos de documentos, documentos ilegíveis ou incompletos.
- 5.1.3.** A comprovação da experiência de trabalho deverá ser fornecida através de declarações com firma reconhecida de seus signatários e/ou cópia da carteira profissional onde constem as datas de início e término da experiência e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica – (ART) e/ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CAU ou CREA e/ou contrato de natureza cível com as firmas reconhecidas no cartório.
- 5.1.4.** Os certificados dos cursos exigidos para avaliação dos títulos que não mencionarem a carga horária e que não forem expedidos por Instituição Autorizada, não serão considerados.
- 5.1.5.** Para pontuação da formação acadêmica, participação em cursos, congressos, conferências, seminários, simpósios e experiência profissional comprovada na área de atuação de arquitetura e urbanismo serão considerados os critérios descritos abaixo:
- a) Trabalho Final de Graduação – TFG e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC na área de habitação de interesse social com ênfase em projeto, 1,50 (um inteiro e cinco décimos) ponto;
 - b) Trabalho Final de Graduação – TFG e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC na área de projeto de arquitetura, urbanismo ou paisagismo, 1,00 (um inteiro) ponto;
 - c) Especialização / MBA na área de Arquitetura e Urbanismo em gestão de projetos e obras, 1,00 (um inteiro) pontos por certificado - máximo de 1,00 (um inteiro) pontos;
 - d) Curso Arquitetando o Desenvolvimento da Gente, em assistência técnica (IAB-AL), 2,00 (dois inteiros) pontos;
 - e) Cursos entre 30 e 80 horas 0,25 (vinte e cinco décimos) pontos por certificado - máximo de 1,00 (um inteiro) pontos;
 - f) Cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios 0,1 (um décimo) ponto por certificado - máximo de 0,5 (cinco décimos) pontos;
 - g) Projeto de extensão com ênfase na área de habitação de interesse social 0,5 (cinco décimos) pontos por cada projeto - máximo de 1,00 (um inteiro) pontos;
 - h) Estágio devidamente comprovado em escritório / empresa de projeto e/ou execução de obras 0,5 (cinco décimos) pontos por cada 06 (seis) meses completo - máximo de 1,00 (um inteiro) pontos;



- i) A comprovação da experiência profissional deverá ser fornecida através de declarações com firma reconhecida de seus signatários e/ou cópia da carteira profissional onde conste o início e o término da experiência e/ou através de Certidões de Acervo Técnico - CAT emitidas pelo CAU ou CREA, 0,5 (cinco décimos) pontos por cada 06 (seis) meses completos e/ou cada Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e/ou cada Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CAU ou CREA e/ou contrato de natureza cível com as firmas reconhecidas no cartório – máximo 1,50 (um inteiro e cinco décimos) pontos;
- j) A comprovação da experiência de trabalho e/ou estágio em órgãos públicos, 0,5 (cinco décimos) pontos;

5.1.6. Serão selecionados e contratados 02 (dois) candidatos Pessoa Física (PF) e/ou Pessoas Jurídicas (PJ) que obtiverem as maiores notas, por conveniência do CAU/AL, de acordo com a pontuação obtida na avaliação curricular e melhor avaliação nas informações constantes no Formulário de Inscrição, Anexo II (Plano de Trabalho).

5.1.7. Qualquer informação falsa prestada pelo candidato o excluirá do processo Seletivo Público Simplificado - SPS, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

5.1.8. Os provedores de estágios e os signatários, especificados nas letras “h” e “i” do item 5.1.5 deverão estar regulares com o CAU e/ou CREA.

5.2. DO RECURSO CONTRA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO

5.2.1. Em 02 (dois) dias úteis, o candidato devidamente inscrito poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato classificatório, devendo entregar no CAU/AL, o ato de impugnação devidamente assinado.

5.2.2. Caberá à Comissão estipulada no item 2.1 decidir sobre a petição.

5.2.3. Acolhida a petição contra o ato, a retificação ou ratificação da classificação será divulgada devidamente justificada por meio de publicação afixada nas dependências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL e publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. até dia 01 de novembro de 2017.

5.3. DO RESULTADO FINAL

O resultado da análise de currículo (item 5.1.5) e anexo II (Plano de Trabalho) dar-se-á no dia 01 de novembro de 2017, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar comunicados, convocações e o resultado final da Seleção Pública Simplificada - SPS.

5.3.1. O resultado final será afixado nas dependências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL e publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. até dia 01 de novembro de 2017.

5.3.2. Serão considerados desistentes os candidatos que não comparecerem para assinatura do Contrato, nas dependências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL, na data previamente comunicada via e-mail.

5.3.3. Em havendo desistência ou não atendimento à convocação do candidato selecionado, bem como pedido de rescisão de contrato, durante o prazo estipulado de contratação, poderá o CAU/AL proceder à convocação do candidato classificado subsequentemente.



6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. O (s) candidato (s) e/ou pessoa jurídica selecionado (s) e convocado (s) assinará (ão) um de Termo de Contrato (anexo III), referente aos direitos e obrigações do contrato de prestação de serviços ao CAU/AL, não gerando qualquer vínculo empregatício entre a Autarquia e o Contratado.

6.2. Para a assinatura do termo de contrato, a Pessoa Física (PF) e/ou Pessoa Jurídica (PJ) selecionada deverá comprovar as seguintes condições:

Pessoa Física (PF):

1. Ter registro em Conselho Classe;
2. Estar quite com anuidades;
3. Não ter recebido sanções ético-disciplinares nos últimos 05 (cinco) anos;
4. Não possuir pendência com processos de fiscalização transitados em julgado;
5. Não haver sido condenado civil e criminalmente;
6. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da publicação do edital;
7. Estar quite com a Justiça Eleitoral;
8. Estar quite com o Serviço Militar (para homens);

Pessoa Jurídica (PJ):

1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores. O ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor deverão estar acompanhados de todas as alterações sofridas ou da respectiva consolidação.
3. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda –CNPJ/MF;
4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Pessoa Jurídica (PJ), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
5. Certidão de Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica (PJ) e de seus responsáveis técnicos no respectivo Conselho de Classe;
6. Atestado de responsabilidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, do(s) Responsável(is) Técnico(s) indicado(s) pela licitante, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), por execução de serviço de características semelhantes às do objeto da presente chamamento;
7. A empresa que se valer do acervo técnico de seu responsável técnico indicado nos termos deste Edital de Seleção Pública Simplificada - SPS, deverá comprovar que os mesmos fazem parte de seu quadro, mediante apresentação de cópia autenticada do contrato de trabalho ou carteira profissional ou da ficha de registro de empregados que demonstrem a identificação profissional, onde conste o nome do(s) profissional(is), com a chancela do órgão competente. Quando se tratar de dirigente ou sócio da Pessoa Jurídica (PJ), tal comprovação será feita através de certidão da Junta Comercial ou certidão do Conselho de Classe, devidamente atualizada. O acervo técnico do responsável técnico será, obrigatoriamente, comprovado pela respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico) emitida pelo Conselho;
8. Os documentos exigidos a Pessoa Física deverão ser apresentados pelo Responsável Técnico indicado pela Pessoa Jurídica (PJ).



7. DA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS:

7.1. QUANTO À LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS:

- 7.1.1. Os projetos deverão obedecer às NBRs, leis, decretos, portarias, de demais regulamentos em todas as esferas governamentais, diretamente e/ou indiretamente aplicáveis.
- 7.1.2. Os produtos finais (produção técnica) das áreas de atuação especificadas no item 1.3. deverão atender a Tabela de Honorários do CAU, de acordo com o escopo de anteprojeto;
- 7.1.3. As Informações de referência a utilizar nas áreas de atuação especificadas no item 1.3. são de responsabilidade do contratado.

Parágrafo Único: As informações compiladas deverão ser apresentadas obrigatoriamente para análise e aprovação do CAU/AL.

Os candidatos e/ou pessoas jurídicas classificados terão um prazo de 30 dias para apresentar os estudos preliminares dos projetos para a Comissão, a contar da data de assinatura do contrato e da emissão da ordem de serviço.

Para elaboração dos projetos, deverão ser observados critérios como: conceito e inovação; adequação às normas; clareza; funcionalidade e atendimento ao programa de necessidades; sustentabilidade socioambiental; exequibilidade, economia e viabilidade técnico-construtiva; soluções passivas de conforto térmico e eficiência energética; contextualização urbana; acessibilidade, inclusão e adequação social; aspectos plásticos e estéticos.

7.2. QUANTO AO FORMATO DE APRESENTAÇÃO

- 7.2.1. Devem ser utilizados os formatos de papel da série A, conforme NBR 10068, formato A0 como máximo e A3 como mínimo, mínimo de 01 (uma) cópia de cada projeto assinadas pelo contratado / autor. Adicionalmente em arquivo digital, gravado em mídia CD-R, ou PENDRIVE, em formato (DWG) a partir da versão 2007;
- 7.2.2. Escala deverá ser igual ou superior a 1/100 na representação da edificação. De acordo com o porte do programa, devem ser utilizadas escalas menores com ampliações setoriais.

7.3. QUANTO ÀS DEMAIS EXIGÊNCIAS

- 7.3.1. A exigência estabelecida por este Edital de Seleção Pública Simplificada - SPS não substitui ou abrange critérios de projeto, que são objeto de normas ou de legislação específicas dos municípios ou do Estado, como por exemplo: planos diretores, códigos de obras, código de segurança entre outros.
- 7.3.2. O (a) contratado (a) ficará obrigado (a) a cumprir todas as exigências que venham a ocorrer durante a aprovação do projeto, devendo, para tanto, comparecer pessoalmente aos órgãos geradores das exigências para conferência das mesmas, e cumpri-las integralmente no prazo estipulado pelos órgãos em questão, sem que recorra em ônus financeiro para o CAU/AL;
- 7.3.3. O contratado deverá comparecer no CAU/AL para reuniões que se fizerem necessárias à execução do objeto deste edital;

Parágrafo único: O agendamento das reuniões deverá acontecer com aviso de antecedência mínima de 48h corridas, através de e-mail.



7.3.4. Para todas as atividades técnicas desempenhadas, objeto deste Edital devem ser emitidos os devidos Registros de Responsabilidade Técnica – RRT e/ou Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, quando necessário.

7.4. CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS

7.4.1. A CONTRATADA cederá os direitos patrimoniais do projeto relativo ao objeto deste Edital, para o fim da Administração utilizá-lo a seu critério, nos termos do disposto no Art. 111 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.4.2. É vedada a subcontratação total das atividades especificadas no item 1.3.

8. DO TÉRMINO DO CONTRATO.

8.1. O CONTRATO de prestação de serviços se encerrará no prazo consignado deste referido instrumento.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão da seguinte fonte de despesa do Orçamento de 2017:

- **Centro de Custo:** 5.16-Assistencia técnica em habitação de interesse social - ATHIS

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento ocorrerá com a entrega dos projetos e conclusão das exigências, após emissão e apresentação das respectivas Notas Fiscais - NF de serviços.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A Pessoa Física (PF) e/ou Responsável Técnico indicado pela Pessoa Jurídica (PJ) deverá manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados junto ao CAU/AL, durante o período de validade da Seleção Pública Simplificada - SPF, com vistas a eventuais convocações e/ou comunicados.

11.2. Não serão fornecidas por telefone, informações referentes ao Edital da Seleção Pública Simplificada - SPS.

11.3. Fica desde já estabelecido que os casos omissos neste Edital, que forem objeto de questionamento, serão avaliados pela Presidência deste Conselho.

Maceió/AL, 25 de setembro de 2017.

Daniel de Gouvêa Lemos
No exercício da Presidência



ANEXO I

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Planejar, projetar, organizar e gerenciar as atividades, fazendo cumprir as normas e instruções de serviços, com eficácia, para o desenvolvimento das rotinas de trabalho.

Propor melhoria dos processos, emitindo pareceres, assinar memorando e Comunicação Interna e aprovando Instruções de trabalho da Área de assistência Técnica.

PRINCIPAIS TAREFAS:

Desenvolver projetos de arquitetura e urbanismo com base na Lei de Assistência Técnica e legislações vigentes no âmbito da arquitetura e urbanismo;

Coordenar a realização de estudos para a definição e/ou modificação dos padrões de operação e de prestação de serviços de assistência técnica;

Analisar dados econômicos, estatísticos, urbanísticos e financeiros, interpretando-os e propondo soluções de problemas;

Articular e implantar convênios e/ou termos de cooperação com órgãos e empresas que beneficiem o CAU e a sociedade;

Articular junto a prefeituras e outros órgãos responsáveis pela gestão urbana termos de cooperação mútua;

Atuar em campo, quando designado, em atividades de levantamentos arquitetônicos, cadastrais e outros que se fizerem necessários;

Cumprir normas e procedimentos técnicos e/ou administrativos e legais estabelecidos, bem como instruções do superior imediato;

Efetuar diligências, quando necessário para instrução de projetos e processos;

Elaborar mapas, analisar e desenvolver dados espaciais;

Executar outras atividades correlatas em sua área de atuação, de acordo com a necessidade do CAU/AL.

Exercer outras atividades relacionadas à sua função;

Planejar, coordenar e orientar as atividades relacionadas à seleção, análise, indexação, classificação, avaliação e catalogação das informações e documentos produzidos e recebidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas – CAU/AL e manter as informações atualizadas em base de dados;

Produzir documentos específicos da área e encaminha-los a demais áreas do Conselho, envolvidas no processo;

Promover e participar de mesas de reuniões e deliberações pertinentes;

Reportar-se à Diretoria Geral e/ou a Gerência Técnica, quanto ao desenvolvimento e andamento das atividades relacionadas à Bolsa.

CONHECIMENTOS:

Administração Pública; Planejamento Estratégico; Técnicas de Gestão e Liderança; Legislação Específica; Microsoft Office; Inglês, AutoCAD, Revit (desejável conhecimento) Softwares para apresentação de projetos 3D (desejável conhecimento).

HABILIDADES:

Liderança e Gestão de Pessoas; Visão Sistêmica; Objetividade; Foco em Resultado.

ATITUDES:

Ética; Otimismo Motivacional; Inteligência Emocional; Bom Relacionamento Interpessoal; Discrição.



REMUNERAÇÃO E QUANTITATIVO PROJETUAL:

- O valor remunerado será de R\$ 36,56 (trinta e seis Reais e cinquenta e seis centavos) por metro quadrado (m2) projetado para as atividades descritas abaixo, conforme memória de cálculo no anexo IV. O valor servirá como referência e pagamento para as medições da produção técnica realizada.

1.1.3 - Projeto arquitetônico de reforma

1.5.1 - Projeto de instalações hidráulicas prediais

1.5.2 - Projeto de instalações sanitárias prediais

1.5.3 - Projeto de instalações prediais de águas pluviais

1.5.8 - Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão

- O CAU/AL pretende contratar no mínimo 450 (quatro centos e cinquenta) metros quadrados (m2), podendo chegar até 750 (setecentos e cinquenta) metros quadrados (m2), divididos nas áreas de atuação especificadas no item 1.3, não estando definida a metragem mínima ou máxima de cada área;
- Havendo necessidade de desenvolvimento de outra atividade, categoria de tipo de projeto/serviço não especificado no item 1.3, em caráter excepcional, havendo concordância entre as partes, será utilizado os valores e critérios estabelecidos pelas tabelas de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo para fins de remuneração.
- As tabelas de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo foram elaboradas em atendimento ao disposto no art. 28 da Lei Federal 12.378, de 31/12/2010:

(...) "Artigo 28- Compete ao CAU/BR: Inciso XIV - aprovar e divulgar tabelas indicativas de honorários dos arquitetos e urbanistas"

Aprovadas pelas Resoluções do CAU/BR Nº 64, de 11/08/2013, e Nº 76, de 10/04/2014.

- As tabelas de honorários de serviços de arquitetura e urbanismo podem ser consultadas através do site: <http://honorario.caubr.gov.br>



ANEXO II

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA SPS Nº 02/2017

PLANO DE TRABALHO

Procedimentos para o envio de projeto de ao CAU/AL:

1. A assinatura do formulário deve ser da Pessoa Física (PF) ou do Responsável Técnico indicado pela Pessoa Jurídica (PJ) proponente.
2. Imprima uma via para ser entregue no ato da Inscrição.
3. Contato: Norlan Dowell Vale de Brito (Gerente Geral) - Telefone: (82) 3313-3506 / 3313-3508; E-mail: diretorgeral@caual.gov.br

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO			
1. Dados da Proponente			
Pessoa Física ou Jurídica (Razão Social)			
CPF/CNPJ	RG/Inscrição Estadual	Inscrição Municipal	
Endereço		Complemento	
Nº	Bairro	Cidade	
Estado	CEP	Telefone	Fax
Site		E-mail	
2. Projeto			
Nome do Projeto			
Local de Realização		Cidade	Estado
3. Representantes Legais			
Nome	RG nº	Órgão Emissor	
Cargo	CPF nº		



Telefone	Celular	E-mail
<i>Se a representação legal for exercida em conjunto, isto é, por mais de uma pessoa, indicar abaixo os dados dessa Pessoa Física.</i>		
Nome	RG nº	Órgão Emissor
Cargo	CPF nº	
Telefone	Celular	E-mail
4. Responsável Técnico pelo projeto (Pessoa com quem o CAU/AL deverá manter contato)		
Nome	Cargo	Celular
Telefone	Fax	E-mail
5. Valor do Projeto (R\$)		
Informar o valor aproximado do projeto ao CAU/AL (base por m²)		
R\$ (extenso)		
6. Apresentação sucinta do candidato		
Informar: a. Motivo do interesse: b. Principais atuações:		
7. Apresentação do projeto, seus objetivos e contribuições para arquitetos e urbanistas.		
Informar: a. Em que consistirá o projeto: b. Como será estruturado: c. Objetivos (geral e específico) – destacar de forma clara e sucinta: d. Etapas de execução: e. Envolvimento de parceiros: f. De que forma o projeto beneficiará Assistência Técnica de Habitação Social (direta ou indiretamente):		



- g. Sugestões para execução do projeto;
- h. Outras informações relevantes

8. Origem social das famílias abrangidas pelo Projeto

Informar:

- a. Qual a origem do Banco de Dados utilizado;
- b. Critério de Seleção da (s) família(s) atendida(s);
- c. Apresentação de comprovação de que as habitações foram prejudicadas pelas chuvas em 2017;
- d. Quantidade de pessoas beneficiadas.

9. Programação do Projeto

Informar:

- a. A programação, incluindo as atividades previstas:
- b. Etapas/Cronograma:
- c. Local e Condições de Execução:
- d. Outras informações relevantes:

10. Observações Gerais

Utilizar este espaço para outras informações relativas ao projeto a ser desenvolvido, não especificadas anteriormente, que julgar relevantes para o entendimento da proposta.

11. Estimativa do Custo do Projeto

	Quant. Aproximada de m ²	Valor total (R\$)
Projeto 1		
Projeto <u>2</u>		
Projeto <u>3</u>		
<u>TOTAL</u>		

12. Declaração De Regularidade Jurídica e Fiscal



Declaro estar ciente das normas do Edital de Seleção Pública Simplificada-SPS Nº 02/2017 do CAU/AL e adequar-me aos seus dispositivos.

Declaro estar regular com todos os documentos para Regularidade Jurídica e Fiscal citados no Edital de Seleção Pública Simplificada-SPS Nº 02/2017 do CAU/AL.

IMPORTANTE

Por determinação dos órgãos de controle externo, no ato da assinatura do contrato e na(s) data(s) de efetivação do(s) repasse(s) de recursos decorrentes, todas as certidões mencionadas na Regularidade Fiscal deverão estar válidas e acompanhadas das respectivas autenticidades, se emitidas via internet.

Nos casos em que a empresa for isenta de alguma inscrição, é necessário enviar a Declaração de Isenção, que substitui a certidão.

É responsabilidade do proponente, manter sua regularidade fiscal e documental, conforme mencionado anteriormente.

A não apresentação dos documentos válidos, no prazo previsto, impedirá a assinatura do contrato e caracterizará a desistência da participação da Seleção Pública Simplificada-SPS nº 02/2017, não acarretando ao CAU/AL quaisquer ônus indenizatórios.

Cidade/Data.

Nome / Assinatura

Cargo

13. Avaliação (espaço reservado ao CAU/AL)

Valor solicitado (R\$ 34,51/m²)

R\$

Valor aprovado:

R\$

Assinatura dos membros da Comissão:



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2017 – CAU/AL

I – CONTRATANTE: CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE ALAGOAS – CAU/AL, Autarquia Federal, estabelecida na Av. Comendador Gustavo Paiva, nº 2789, Mangabeiras, Maceió/AL, CEP: 57031-530, situado no Ed. Norcon Empresarial, loja 08., inscrita no CNPJ sob o nº 15.148.889/0001-26, representada neste ato por seu presidente, DANIEL DE GOUVÊA LEMOS, brasileiro, casado, arquiteto e urbanista, inscrito no CPF/MF sob o nº 534.405.794-68, e no CAU/AL sob o nº A 21682-8, com endereço comercial na Av. Comendador Leão, 734, Poço, Maceió - AL, adiante denominada CONTRATANTE;

II – CONTRATADA: (qualificação), doravante designada CONTRATADA;

Resolvem, tendo em vista o Processo nº ____/2017, celebrar o presente contrato de prestação de serviços especializados, o que fazem mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços especializados por Pessoa Física - PF ou Pessoa Jurídica - PJ - para atuar na modalidade de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, conforme anexo I e II - Termo de referencia do Processo Público Simplificado – SPS do Conselho de Arquitetura e Urbanismo De Alagoas - CAU/AL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deve iniciar a prestação dos serviços no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Ordem de Execução de Serviço.

2.2. O recebimento do objeto licitado dar-se-á, nos termos do art. 73, da Lei nº 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas:

2.3.1. O recebimento provisório, pelo responsável que irá realizar o acompanhamento e fiscalização deste contrato, ocorrerá mediante atesto da Nota Fiscal representativa da prestação dos serviços, acompanhada de relatório de execução, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da entrega dessa documentação;

2.3.2. O recebimento definitivo, pelo responsável que irá realizar o acompanhamento e fiscalização deste contrato, mediante termo circunstanciado, podendo ser lavrado no verso da Nota Fiscal representativa da prestação dos serviços ou em documento específico, no prazo de até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, e consistirá na verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital de Seleção Pública – SPS n.º 02/2017 e da proposta da Contratada.

2.4. A **CONTRATADA** se compromete em executar os serviços descritos no anexo I e II – do Edital de Seleção Pública – SPS n.º 02/2017.

2.5. Caso insatisfatório a execução dos serviços, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão vícios, defeitos ou incorreções existentes, resultantes da desconformidade com as especificações discriminadas. Nessa hipótese, todo o valor a ser pago será retido.

2.6. A CONTRATADA está obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de até 01 (um) dia útil, após o que se realizará novamente a verificação da sua perfeita execução.

2.6.1. Caso as providências previstas no subitem anterior não ocorram no prazo fixado ou os serviços sejam novamente recusados e devolvidos, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na execução, ficando sobrestado o pagamento até a realização das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



2.6.2. Na impossibilidade da adoção das providências previstas no subitem 2.6, o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

2.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO DO CONTRATO

3.1. O valor será pago conforme anexo I do Edital de seleção Pública Simplificada – SPS.

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA

4.1. A despesa com a prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato corre à conta do seguinte crédito orçamentário, constante do orçamento de 2017, por conta do centro de custos: **5.16-Assistencia técnica em habitação de interesse social – ATHIS**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO

5.1. O prazo de vigência deste contrato é de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data da assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis.

5.2. O prazo de execução será de 60 (sessenta) dias, prorrogados por mais 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

6.1. Cabe ao CONTRATANTE:

6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

6.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos deste contrato;

6.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis;

6.1.4. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

6.1.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA;

6.1.6. Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.1.7. Dar publicidade ao contrato.

CLÁUSULA SETIMA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

7.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

7.1.1. Executar os serviços contratados obedecendo às especificações discriminadas no Edital de Seleção Pública – SPS n.º 02/2017;

7.1.2. Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE;

7.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento feito pelo CONTRATANTE;

7.1.4. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;



7.1.5. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

7.1.6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;

7.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços recusados;

7.1.8. Executar, às suas expensas, os serviços objeto deste Contrato, mediante solicitação da CONTRATANTE, nos prazos fixados na Cláusula Segunda, contados do recebimento da Ordem de Execução de Serviço;

7.1.9. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados do término do prazo de execução dos serviços, os motivos que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos neste contrato.

7.2. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

7.2.1. Em relação aos seus funcionários, quando pessoa jurídica, que não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, todas as despesas decorrentes da execução deste contrato e outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, inclusive encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

7.2.2. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.2.3. Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

7.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

7.4. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

7.4.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

7.4.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE,

7.4.3. A subcontratação total de outra empresa ou profissional para a execução do objeto deste contrato.

7.5. A contratada fica obrigada a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Edgar Francisco do Nascimento Filho, Conselheiro Estadual do CAU/AL, designado Gestor.

8.2. O gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Expedir ordens de execução de serviço;



- b) Proceder ao acompanhamento técnico da execução dos serviços;
- c) Fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada, inclusive quanto ao material de consumo e aos equipamentos utilizados;
- d) Comunicar à CONTRATADA o descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;
- e) Solicitar a aplicação de sanções pelo descumprimento de cláusula contratual;
- f) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- g) Atestar as notas fiscais para efeito de pagamento;
- h) Recusar e devolver os serviços cuja execução não se verifique adequada, visto em desacordo com especificações discriminadas no Anexo Único do contrato;
- i) Solicitar reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, no total ou em parte, dos serviços recusados e devolvidos;
- j) Solicitar à CONTRATADA e ao seu preposto todas as providências necessárias à boa execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. A CONTRATADA deve apresentar, após a execução dos serviços, nota fiscal em 01 (uma) via, emitidas e entregues ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste contrato, para fins de liquidação e pagamento.

9.2. O CONTRATANTE, nos termos do art. 71, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e do art. 31 da Lei Federal nº 8.212/91, poderá reter, a cada pagamento, do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação do serviço e recolherá a importância retida ao INSS em nome da CONTRATADA, de acordo com as normas de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

9.3. Realizada a retenção, o pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data do recebimento definitivo.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.4.1. Recebimento definitivo dos serviços de conformidade com o disposto na Cláusula Segunda;

9.4.2. Apresentação da documentação discriminada no item 9.1 desta cláusula.

9.5. Havendo suspensão de pagamentos na forma do subitem anterior, a CONTRATADA será notificada do descumprimento do ajuste para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar a regularização necessária, sob pena de aplicação de penalidade e rescisão contratual, esta na forma da Cláusula Doze, subitem 12.2.1., em razão do não cumprimento da Cláusula Sétima, subitem 7.1.6., deste contrato.

9.5.1. Ultrapassando o prazo acima referido, sem prejuízo da penalidade e da rescisão do contrato, o pagamento deverá ser liberado.

9.6. O CONTRATANTE pode deduzir de importâncias devidas à CONTRATADA os valores correspondentes a multas ou indenizações por ela devidas em razão deste contrato.

9.7. Citado para se defender em processo judicial de terceiros, de natureza civil ou trabalhista, inclusive, mas não exclusivamente de empregado ou ex-empregado da CONTRATADA, o CONTRATANTE fará o cálculo dos direitos pleiteados e, após dele notificar a CONTRATADA, reterá o correspondente valor para fazer frente a eventual condenação, deduzindo-o de importâncias devidas à CONTRATADA.

9.7.1. O valor será restituído à CONTRATADA somente após a prova cabal do acerto definitivo entre a CONTRATADA e o terceiro litigante, quando restar demonstrada a inexistência de qualquer risco de condenação para o CONTRATANTE.



9.7.2. A CONTRATADA se obriga a exibir ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, os documentos comprobatórios do efetivo cumprimento das obrigações referentes ao processo judicial mencionado neste item;

9.7.3. O valor a que faz referência este item não renderá juros ou correção monetária, podendo ser substituído, a pedido da CONTRATADA, por outra modalidade de resguardo que, a critério do CONTRATANTE, seja considerado idôneo.

CLÁUSULA DECIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art.65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. A CONTRATADA que, por qualquer forma, não cumprir as normas do contrato celebrado está sujeita às seguintes sanções, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos termos da legislação vigente:

11.1.1. Advertência, por escrito;

11.1.2. Multa, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente na esfera federal;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. As sanções previstas nos subitens 11.1.1., 11.1.3. e 11.1.4. deste contrato poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa.

11.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas do contrato celebrado.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

12.2. A rescisão deste contrato pode ser:

12.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

12.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

12.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.6. A CONTRATADA reconhece todos os direitos da CONTRATANTE em caso de eventual rescisão contratual. Fica reconhecido, pela CONTRATADA, os direitos da Administração, no caso



de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial, na forma do art. 77, da Lei Federal nº 8.666/1993

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

13.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Edital de Seleção Pública – SPS n.º 02/2017, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia, nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

15.1. O Foro competente para que seja dirimida qualquer dúvida decorrente do presente Contrato é o da Justiça Federal de Alagoas, Seção Judiciária de Maceió.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Maceió-AL, 25 de setembro de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA

GESTOR DO CONTRATO

Testemunhas:

1. _____
C.P.F.:

2. _____
C.P.F.:



ANEXO IV – MÉMORIA DE CÁLCULO



Tabelas de Honorários de Serviços de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Elaboradas em atendimento ao disposto na Lei Federal 12.378, de 31.12.2010:

(...)"Artigo 28- Compete ao CAU/BR: Inciso XIV - aprovar e divulgar tabelas indicativas de honorários dos arquitetos e urbanistas."

Aprovadas pela Resolução 64/2013, de 11/08/2013 e Resolução 76/2014, de 10.04.2014 do CAU/BR

RELATÓRIO SINTÉTICO DE VALOR DE PROJETO OU SERVIÇO

Data de emissão pelo sistema: 25/09/2017

1.0. CONTRATANTE:

Nome: ATHIS
Endereço: ALAGOAS

2.0. EMPREENDIMENTO:

Descrição: RESIDENCIA UNIFAMILIAR DE INTERESSE SOCIAL
Nome: MORADIA POPULAR
Endereço:
Estado destinatário do serviço: Alagoas
Mês de referência: 25/09/2017

3.0. VALOR DOS SERVIÇOS:

Item	Grupo de projeto	Projeto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
3.1.	Sem descrição	Projeto arquitetônico de reforma	m2	50,00	23,27	1.163,38
3.2.	Sem descrição	Projeto de instalações sanitárias prediais	m2	50,00	2,66	132,96
3.3.	Sem descrição	Projeto de instalações hidráulicas prediais	m2	50,00	2,66	132,96
3.4.	Sem descrição	Projeto de instalações prediais de águas pluviais	m2	50,00	2,66	132,96
3.5.	Sem descrição	Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão	m2	50,00	5,32	265,92
	Total					1.828,16